

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais



PROGRAMA DIGNIDADE E SAÚDE EM CICLO



2023

EDUCAÇÃO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Governo do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas

Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica

Izabella Cavalcante Martins

Diretoria de Modalidade de Ensino e Temáticas Especiais

Patrícia Queiroz Aragão

Coordenação de Temáticas de Ensino e Transversalidade Curricular

Fabiana Benchetrit dos Santos

Equipe Técnica

Edilene Cássia de Souza Araújo

Edirlene Braz do Carmo Braga

Rosália Aparecida Martins Diniz



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Educação divulga o Programa Dignidade e Saúde em Ciclo, normatizado pela Resolução SEE nº 4.826, de 09 de março de 2023, que institui o Programa Dignidade e Saúde em Ciclo (PDSC) nas escolas públicas da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

O Programa visa a reflexão sobre a pobreza menstrual, desmistificar tabus relativos à menstruação e garantir o direito à dignidade menstrual a todas as estudantes da rede estadual de ensino, por meio da disponibilização de absorventes higiênicos nas escolas da rede estadual, corroborando, desse modo, para o bem-estar e saúde de meninas e mulheres.

O Programa tem como fundamentação a Lei Federal Nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino, a Lei Estadual nº 23.904, de 03 de setembro de 2021, que dispõe sobre a garantia de acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade social a absorventes higiênicos no Estado, o Decreto Nº 48.583, de 08 de março de 2023, que dispõe sobre a garantia de acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade social a absorventes higiênicos no Estado.

Este documento tem por objetivo apoiar o trabalho dos professores e equipe pedagógica no desenvolvimento de atividades, projetos e ou ações referentes ao Programa Dignidade e Saúde em Ciclo (PDSC). Sendo assim, gestores e professores encontrarão elementos pedagógicos que podem contribuir para o desenvolvimento do Programa de forma transversal, identificando os principais desafios que meninas e mulheres enfrentam quando se trata da dignidade menstrual, e que trazem implicações significativas para a sua saúde individual em seu dia a dia.

Para melhor compreensão do Programa, nos próximos tópicos, serão apresentados alguns conceitos básicos que o dimensionam no âmbito social, de saúde pública e econômico. No âmbito educacional, a metodologia será em torno da discussão sobre a dignidade menstrual, de forma transversal e integradora à Base Curricular Comum Nacional - BNCC e ao Currículo Referência de Minas Gerais - CRMG.

1. INTRODUÇÃO



Dignidade menstrual perpassa pelas dimensões social, econômica, de saúde e educacional, sendo assim, para melhor compreensão do tema, é importante entender o conceito de pobreza menstrual, que caracteriza-se pela falta de infraestrutura, recursos e até conhecimento sobre autocuidado por parte de pessoas que menstruam, incluindo também as pessoas que convivem com as mesmas em seu cotidiano. Dessa forma, apresenta-se uma pequena explanação sobre o que é a pobreza menstrual e, sobre a dignidade menstrual e o currículo escolar.

1.1 O QUE É POBREZA MENSTRUAL?

Entende-se por "pobreza menstrual," a falta de condições para realizar a higiene menstrual de forma adequada, devido à ausência de itens básicos, como absorventes, a falta de acesso à infraestrutura e serviços de saneamento básico e também a falta de informações e conhecimento a respeito do tema.

O documento *"Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos"*, aponta: que a média de idade da primeira menstruação é de 13 anos, com quase 90% das mulheres tendo essa primeira experiência entre 11 e 15 anos de idade. A menarca ocorre entre 8 e 12 anos para quase 42% das mulheres e, portanto, abaixo da média, da menarca entre as brasileiras. Só 1% das mulheres relataram que menstruaram pela primeira vez após os 17 anos. (UNICEF, UNFPA, 2021, p.17)

Dessa forma, as meninas e mulheres passam de 3 a 7 anos da sua vida escolar menstruando. Sendo assim, conhecer essa realidade é de suma importância para a formulação de políticas públicas que permitam a permanência das meninas no âmbito escolar, garantindo o direito à dignidade menstrual.

Os problemas como dificuldades de acesso à água, saneamento e higiene adequada estão diretamente relacionados à pobreza menstrual e, conseqüentemente, afetam o desenvolvimento socioemocional das estudantes, podendo levar até mesmo ao abandono escolar.

Sendo assim, o bem-estar das pessoas que se encontram em situação de pobreza menstrual é prejudicado sempre que elas precisam se afastar de determinadas atividades sociais, tendo a sua rotina modificada. Com isso, entende-se que a autoestima e a saúde mental são afetadas devido ao desconforto, ao estresse, à humilhação e à discriminação que vem atrelada ao tabu da menstruação.

Portanto, é fundamental reconhecer que todas as pessoas que menstruam têm direito à dignidade menstrual, o que significa obter informações e orientações acerca de saúde íntima, às condições de higiene adequadas e o acesso ao absorvente higiênico.



1.2 DIGNIDADE MENSTRUAL E O CURRÍCULO ESCOLAR



Para o desenvolvimento das atividades na escola, seja em contexto disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, importante que se recorra às Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), e aos Temas Contemporâneos Transversais (TCT)¹ pois o Programa Dignidade e Saúde em Ciclo (PDSC) está em consonância com a pauta curricular.

No que se refere às Competências Gerais da BNCC, destaca-se a:

Competência Geral 8 - autoconhecimento e autocuidado: Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. (BRASIL, 2017, p.5).

Quanto aos TCT, o Programa dialoga com os diversos temas disponíveis, ficando a critério de cada unidade escolar, a escolha das estratégias mais adequadas para o desenvolvimento de ações voltadas para a discussão do temática. Nesse contexto, a implementação do Programa Dignidade e Saúde em Ciclo (PDSC) busca garantir que os estudantes ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de cuidado e autocuidado, consigo e com o próximo. O Parâmetro Curricular Nacional (PCN-Saúde) apresenta que

(...) é preciso educar para a saúde levando em conta todos os aspectos envolvidos na formação de hábitos e atitudes que acontecem no dia-a-dia da escola. Por esta razão, a educação para a Saúde será tratada como tema transversal, permeando todas as áreas que compõem o currículo escolar. (BRASIL, 1997, p.245).

Os temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social, devem ser trabalhados concomitante aos temas de relevância comunitária, tais como o conhecimento das condições de saúde, saneamento básico, da qualidade da água e do ar das condições nutricionais, pois todos esses fatores estão diretamente relacionados às questões de pobreza menstrual.

Assim, compreende-se que a dignidade menstrual deve ser trabalhada por todos os professores, de forma transversal, garantindo que os estudantes desenvolvam e consolidem os conhecimentos e habilidades relativos à promoção da saúde, o bem estar social e dignidade humana.



¹Temas Contemporâneos Transversais (TCT). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

2. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O PROGRAMA DIGNIDADE E SAÚDE EM CICLO (PDSC)



O PDSC segue as diretrizes constantes da Resolução SEE nº 4.826, de 09 de março de 2023, que traz como objetivos:

- I - promover ações educativas, realizando o diálogo sobre dignidade e pobreza menstrual, buscando desmistificar os tabus socialmente construídos em torno do tema;
- II - promover o debate sobre a dignidade e pobreza menstrual, orientando às estudantes quanto ao direito e acesso ao absorvente higiênico e ao não afastamento das aulas e atividades por motivo da menstruação;
- III - promover ações educativas para prevenção de doenças;
- IV - apoiar a diminuição da infrequência escolar;
- V - fornecer o absorvente higiênico às estudantes que necessitarem, disponibilizando-o em local que não gere constrangimento e bullying;
- VI - orientar aos estudantes quanto ao uso e descarte correto dos absorventes higiênicos.

Caso exista no município, em que a escola esteja localizada, rede de apoio à saúde, o gestor escolar poderá buscar por meio de parceria, o auxílio de profissionais da saúde para orientações referentes ao ciclo menstrual.

A partir desses objetivos, este documento busca apresentar algumas orientações pedagógicas de forma a contribuir com a equipe escolar na elaboração de ações educativas relativas à dignidade menstrual em um contexto interdisciplinar e transversal.

3. O PAPEL GESTOR ESCOLAR, DO ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (EEB) E DO PROFESSOR NO PROCESSO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA DIGNIDADE E SAÚDE EM CICLO (PDSC)



A escola, em sua plenitude, deve garantir que os estudantes tenham acesso às informações referente ao Programa de Dignidade e Saúde em Ciclo-PDSC, como também, ter acesso ao absorvente higiênico, quando necessário. As mesmas informações devem chegar a toda a comunidade escolar, por meio de ações de sensibilização, de informativos, cartilhas, palestras, rodas de conversa, reuniões, entre outros.

Para melhor organização da escola, ao implementar o Programa, é importante que todos os profissionais da equipe escolar saibam articular suas ações de forma colaborativa e produtiva.



3.1 O GESTOR ESCOLAR

O gestor escolar tem um papel fundamental na implementação do Programa, pois além de coordenar toda a equipe pedagógica, é o responsável por manter o funcionamento da unidade escolar. Assim, seguem algumas orientações para que o gestor possa organizar o programa na escola:



- Divulgar o programa à comunidade escolar, propondo o desenvolvimento de ações e atividades de sensibilização.



- Garantir, na forma da Resolução SEE nº 4.826, de 09 de março de 2023, o fornecimento de **absorvente higiênico** às estudantes que necessitarem, disponibilizando-o em local que não gere constrangimento e bullying.



- Garantir que os banheiros dos estudantes possam ter:
 - ◆ **higiene** - água e sabão, papel higiênico;
 - ◆ **manutenção** - contar com bons planos de gestão, limpeza e manutenção.

As proposições acima são apenas sugestões para auxiliar o gestor escolar na organização de implementação do Programa, cabendo à Escola criar outras estratégias que possam contribuir para a implementação do PSDC.

Importante, ainda que, as ações do PSDC sejam inseridas no Projeto Político Pedagógico da escola.

3.2 ESPECIALISTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA (EEB)

O Especialista da Educação Básica (EEB), além de auxiliar o gestor escolar na proposição de estratégias de implementação do programa pode:

- ◆ Ser um facilitador na disseminação do Programa:
 - ◇ divulgando os materiais orientadores aos professores;
 - ◇ criando espaços de debate;
 - ◇ articulando o Programa a outros temas e/ou programas da rede, como: Convivência Democrática, Projeto Político Pedagógico, Iniciação Científica etc.



- ◆ Se necessário, poderá organizar reunião com toda equipe pedagógica para criar um projeto educativo interdisciplinar e transdisciplinar;

O EEB, juntamente com os professores, pode criar as estratégias mais adequadas à realidade da escola para que o programa possa, de fato, alcançar o objetivo principal que é o reconhecimento da dignidade menstrual como parte da formação integral de todas as estudantes.

3.3 OS PROFESSORES

Cabe aos professores desenvolver a temática em sala de aula de forma disciplinar ou interdisciplinar, levando informações qualificadas aos estudantes ao abordar questões como dignidade menstrual e cuidados com a saúde íntima.

Em sala de aula, sempre que o tema for trabalhado, optar por atividades pedagógicas que promovam a participação de todos os estudantes. A educação menstrual deve envolver meninos e meninas em um debate simples e acessível, com o intuito de diminuir os tabus e as barreiras sociais e culturais.

Para saber mais!

Sugere-se a leitura da cartilha² **“Vamos falar de Menstruação? Menstruação sem vergonha e sem tabu”** como fonte de consulta para desenvolver atividades para sala de aula.

Como já foi dito nos tópicos anteriores, o Programa deverá, preferencialmente, ser implementado de modo transversal ao Currículo. O Quadro 1, traz um exemplo de como a pauta pedagógica do programa está associada aos temas contemporâneos transversais e com o currículo escolar.

Quadro 1: Programa Dignidade e Saúde em Ciclo na transversalidade

TCT	Temas que podem ser desenvolvidos por meio do Programa Dignidade e Saúde em Ciclo	Referências
Saúde	Autocuidado em suas dimensões: psicológica, física, emocional e espiritual.	Guia de Autocuidado – Ser adolescente e jovem que se cuida! Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/11561/file/guia-autocuidado-ser-adolescente-e-jovem-que-se-cuida.pdf . Acesso em 09 mar. 2023. Vídeo: CANAL FUTURA (YOUTUBE) Ciclo menstrual - Biologia - Ensino Médio https://www.youtube.com/watch?v=xQzKSo-as1U

² Disponível no link: <https://plan.org.br/wp-content/uploads/2020/02/livreto-menstruacao-sem-vergonha-sem-tabu-sempre-livre-plan-international.pdf>

<p>Economia</p>	<p>Pobreza e Menstruação - questões econômicas como, por exemplo, a tributação sobre os produtos menstruais e a mercantilização dos tabus sobre a menstruação com a finalidade de vender produtos desnecessários e que podem fazer mal à saúde.</p>	<p>Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos</p> <p>Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em 09 mar. 2023.</p> <p>Podcast: FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP (YOUTUBE) Pobreza menstrual e a dignidade da mulher https://www.youtube.com/watch?v=6sRCGpJCKlg</p> <p>Vídeo: TV UFMG (YOUTUBE) Pobreza e dignidade menstrual: questão de saúde pública https://www.youtube.com/watch?v=bRaTYMGUwVY</p>
<p>Meio Ambiente</p>	<p>Dignidade Menstrual e Meio Ambiente - A menstruação é um processo natural, biológico e que faz parte do desenvolvimento. É uma questão de saúde pública de responsabilidade coletiva.</p>	<p>Projeto: Mulheres em rede: dignidade menstrual e meio ambiente - site: https://ufrn.br/imprensa/noticias/56700/professora-da-ufrn-cria-projeto-sobre-dignidade-menstrual. Acesso em 09 de mar. 2023.</p> <p>“o que são absorventes biodegradáveis descartáveis e hipoalergênicos?” site: https://claudia.abril.com.br/sua-vida/absorvente-biodegradavel-coletor-menstrual/</p> <p>site: https://veganbusiness.com.br/absorventes-sustentaveis-desenvolvidos-por-brasileiras/</p>
<p>Ciência e Tecnologia</p>	<p>Produção de maquinário para a produção em escala semi-industrial de absorvente a baixo custo.</p> <p>Criação de coletivo de mulheres, incentivando a produção de absorventes para distribuição e ou venda a baixo custo.</p> <p>Incentivo à pesquisas e tecnologias que apontem ideias e soluções para garantir a saúde e dignidade menstrual das mulheres.</p>	<p>Documentário: “Absorvendo o Tabu” - Na Índia rural, onde o estigma da menstruação persiste, mulheres produzem absorventes de baixo custo em uma nova máquina e caminham para a independência financeira. Disponível na Netflix.</p> <p>Filme: Pad Man (Homem absorvente) - Conta a história real de Arunachalam Murugantham (Lakshmi), um ativista social indiano responsável por criar absorventes higiênicos de baixo custo para mulheres na Índia, solucionando um problema de saúde pública local e servindo de modelo para diversos outros países.</p> <p>Notícia: Absorventes sustentáveis desenvolvidos por brasileiras site: https://veganbusiness.com.br/absorventes-sustentaveis-desenvolvidos-por-brasileiras/</p>

<p>Multiculturalismo</p>	<p>Estereótipos: Coisas de homens x Coisas de Mulher</p>	<p>Espaço do Conhecimento - Igualdade de Gênero. Site: https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/igualdade-de-genero/.</p> <p>Acesso em 09 mar. 2023. “A igualdade de gênero pressupõe uma sociedade justa para meninos e meninas”. Site: https://educacaointegral.org.br/reportagens/igualdade-de-genero-pressupoe-uma-sociedade-justa-para-meninos-e-meninas/. Acesso em 09 mar. 2023.</p>
---------------------------------	--	---

Assim, como demonstrado nos exemplos do Quadro 1, temos diversas possibilidades de desenvolvimento pedagógico a partir da temática do Programa.

Sugere-se também, sempre que possível, que ao longo do percurso formativo do estudante, seja nas disciplinas da base curricular comum ou nos itinerários formativos, os professores procurem fazer a integração da pauta dignidade menstrual com as habilidades desenvolvidas nas disciplinas.

4.1 Projetos interdisciplinares

Os projetos interdisciplinares têm o objetivo de integrar as áreas de conhecimento a partir de um único tema, possibilitando aos estudantes a compreensão macro da temática.

Portanto, considerando a relevância do programa, é importante que a equipe escolar desenvolva projetos interdisciplinares, por área de conhecimento ou entre as áreas de conhecimento, de forma a garantir que o programa de fato possa alcançar seu objetivo maior, que é levar aos estudantes informações e orientações acerca de saúde, autocuidado e dignidade menstrual.

Ao criar um projeto interdisciplinar, a temática escolhida deve ser aquela que melhor atenda à realidade da escola, portanto, antes de sua escolha, deve-se analisar o contexto e o melhor momento para o seu desenvolvimento. Como sugestão de temáticas relevantes sobre o programa, rever o Quadro 1, neste tópico.

É sugerido, ainda, que a gestão escolar procure articular parcerias com a rede intersetorial como a saúde, assistência social, universidades e outras, para o desenvolvimento de ações, palestras, rodas de conversa e demais atividades pedagógicas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



Para caminhar em direção a soluções que ajudem as nossas estudantes, é necessário primeiramente, quebrar o tabu que a menstruação traz, devendo ser visto como um processo natural, por meio de informações que podem e devem ser discutidas em sala de aula, sendo importante engajar os meninos e os homens, para que esse preconceito não persista, pois eles são, também, agentes da estigmatização da menstruação.

A construção de um espaço escolar com dignidade e respeito às diferenças deve ser gerida em conjunto com todos os atores da comunidade escolar, considerando sua realidade e as diferentes fases de desenvolvimento das crianças e jovens. Para fortalecer a demanda que a dignidade menstrual traz, é fundamental que a escola considere diversas estratégias com envolvimento e participação de todos.

Dessa forma, espera-se que, com o tempo, todos consigam dialogar mais abertamente sobre o ciclo menstrual e sobre os cuidados que as nossas estudantes precisam ter com sua saúde, sem preconceito ou tabus.

Por fim, o Programa Dignidade e Saúde em Ciclo tem em seu propósito melhorar o desenvolvimento socioemocional e o cuidado com a saúde e qualidade de vida de meninas e mulheres que menstruam, promovendo mais equidade, saúde e dignidade menstrual, contribuindo assim com a diminuição do absenteísmo ou abandono escolar das estudantes por motivo da menstruação.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL, Ministério da Educação (2017). Resolução CNE/CP 2/2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 08 de mar. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNFPA. Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direito. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 10 de mar. 2023.

PLAN-Plan International Brasil. Vamos falar de Menstruação? Menstruação sem vergonha e sem tabu. 2020. Disponível em: <https://plan.org.br/wp-content/uploads/2020/02/livreto-menstruacao-sem-vergonha-sem-tabu-sempre-livre-plan-international.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

GUITARRARA, Paloma. "Pobreza menstrual"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/geografia/pobreza-menstrual.htm>. Acesso em 10 de março de 2023.

EDUCAÇÃO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.